

# ATA N.º 24/2018

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CÂMARA DE 31/ 10 / 2018

## PRESENCAS

PRESIDENTE: BERNARDINO ANTÓNIO BENGALINHA PINTO  
VEREADORES: JOÃO ANTÓNIO MERCA PEREIRA  
PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO  
LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE  
JOSÉ FILIPE SANTOS CRUZ

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

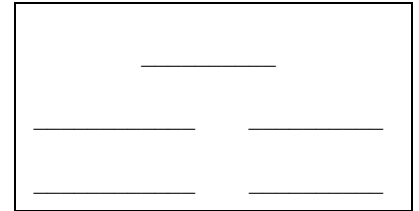
HORA DE ENCERRAMENTO: 18:00 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS

FALTAS INJUSTIFICADAS

## RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA --/--/---

CAIXA .....	- €
FUNDOS DE MANEIO .....	- €
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA SALOMÉ CORREIA PIRES .....	- €
FUNDO DE MANEIO 2 – JOSÉ LUIS CURTO BANHA .....	- €
FUNDO DE MANEIO 3 – SANDRA DE JESUS FERREIRO PEREIRA .....	- €
FUNDO DE MANEIO 4 – JOÃO PEDRO VALÉRIO PARRA MARTINHO ANTUNES .....	- €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS .....	- €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430 .....	- €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431 .....	- €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330 .....	- €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950 .....	- €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050 .....	- €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350 .....	- €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER .....	- €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006820050 .....	- €
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001 .....	- €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668 .....	- €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743 .....	- €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558 .....	- €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682 .....	- €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/80815000375-1 DPRA .....	- €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/80815000431-0 DPRA .....	- €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214 .....	- €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES .....	- €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS .....	- €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS .....	- €



O senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
2. Proposta de ratificação da 14.ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
3. Proposta de ratificação da 52.ª alteração ao Orçamento da Despesa; -----
4. Proposta de ratificação do despacho do senhor Presidente que determinou uma transferência de verba para a Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira no Pinhal Novo (comparticipação na construção de Oratório dedicado a N.ª Senhora d'Aires); -----
5. Proposta de celebração de Protocolo com a Associação Bandeira Azul da Europa, no âmbito do Programa Eco-Escolas; -----
6. Proposta de aprovação dos Documentos Previsionais [Grandes Opções do Plano (constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos 2019-2022 e pelo Plano de Atividades Municipais 2019) e Orçamento 2019]; -----
7. Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2019; -----
8. Proposta de pedido à Assembleia Municipal de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais; -----

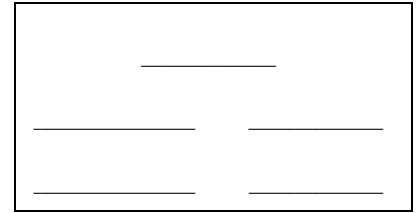
Tratando-se de uma reunião extraordinária, entrou-se de imediato na ordem de trabalhos:

**Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião** – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**Ponto dois) Proposta de ratificação da 14.ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos** – Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luís Miguel Fialho Duarte e José Filipe Cruz, a Câmara ratificou a 14.ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

**Ponto três) Proposta de ratificação da 52.ª alteração ao Orçamento da Despesa** - Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luís Miguel Fialho Duarte e José Filipe Cruz, a Câmara ratificou a 52.ª alteração ao Orçamento da Despesa. -----

**Ponto quatro) Proposta de ratificação do despacho do senhor Presidente que determinou uma transferência de verba para a Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira no Pinhal Novo (comparticipação na construção de Oratório dedicado a N.ª Senhora d'Aires)** – O Senhor Presidente referiu que o Bairro da Cascalheira, no Pinhal Novo, foi fundado por pessoas oriundas de Viana do Alentejo nos anos setenta do século passado. Disse ainda que no princípio de 1970 começaram a ser construídas as primeiras habitações e que nos anos oitenta já moravam neste bairro largas dezenas de famílias, em condições precárias. -----



O Bairro da Cascalheira tornou-se uma AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal do concelho de Palmela e só em 1997 se constituiu formalmente a Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira, com o objetivo principal de lutar por melhores condições de vida dos seus moradores. Em poucos anos este Bairro foi dotado de infraestruturas e foi construída a sede social da Associação, tudo com o apoio do Município de Palmela. -----

Para homenagear as gentes de Viana do Alentejo, afinal fundadoras deste Bairro, a Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira, construiu um Oratório dedicado a Nossa Senhora d' Aires, homenageando assim aqueles Vianenses que deixaram a sua terra Natal para se radicarem noutra lugar, construindo um Bairro. -----

Atendendo às dificuldades financeiras da Associação para a construção desse Oratório, com uma estimativa de custos na ordem dos sete mil euros, foi solicitado ao Município de Viana do Alentejo apoio financeiro para o efeito. -----

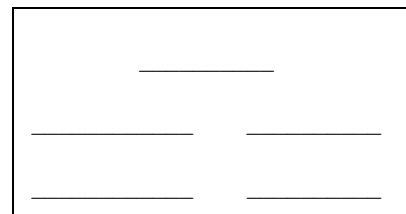
O Senhor Presidente referiu que por seu despacho de 25 de outubro de 2018, dado que a inauguração do Oratório teve lugar no fim de semana seguinte, determinou uma transferência de verba para a Associação supra referida, no montante de 1.000,00€ (mil euros), decisão que ora submete a ratificação da Câmara Municipal. -----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente que determinou a transferência da verba. -----

**Ponto cinco) Proposta de celebração de Protocolo com a Associação Bandeira Azul da Europa, no âmbito do Programa Eco-Escolas** - A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de Protocolo a celebrar com a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), no âmbito do Programa Eco-Escolas e autorizar o pagamento da contribuição de 70,00€ (setenta euros), relativa à inscrição da Escola Dr. Isidoro de Sousa no referido Programa, no corrente ano letivo. -----

**Ponto seis) Proposta de aprovação dos Documentos Previsionais [Grandes Opções do Plano (constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos 2019-2022 e pelo Plano de Atividades Municipais 2019) e Orçamento 2019]** – Pelo Senhor Presidente da Câmara foram apresentados sumariamente os Documentos Previsionais para o próximo ano, concretamente as Grandes Opções do Plano (constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos 2019-2022 e pelo Plano de Atividades Municipais 2019) e o Orçamento para 2019. -----

O Senhor Presidente referiu que o montante do Orçamento inicial para o próximo ano é de 8.516.610,00€ (oito milhões quinhentos e dezasseis mil seiscentos e dez euros), apresentando uma ligeira redução de cerca de 6% face ao orçamento inicial do ano de 2018, que foi de 9.046.280,00€ (nove milhões quarenta e seis mil duzentos e oitenta euros). Disse que no entender de quem gere a Câmara

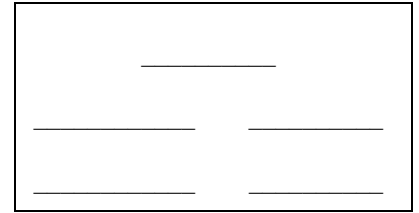


Municipal a tempo inteiro, a gestão autárquica continua a ter de ser feita com muita prudência e foi isso que conduziu novamente a elaboração dos Documentos Previsionais para 2019. -----

Foram considerados alguns aspetos da conjuntura atual e mais diretamente relacionados com as autarquias. Da análise da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2019, apresentada pelo Governo à Assembleia da República, pode-se constatar que, mais um ano, apesar de constarem algumas medidas positivas, as mesmas se revelam insuficientes quando comparadas com as negativas. O Senhor Presidente identificou algumas medidas negativas, entre as quais: O incumprimento do preceituado na Lei de Finanças Locais em matéria de montante global a transferir para os municípios; a não aplicação da taxa reduzida de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado (6%) à iluminação pública e aos transportes escolares; a continuação do Adicional do IUC – Imposto Único de Circulação, sem que seja partilhado com os Municípios; a não eliminação, já em 2019, da comparticipação dos Municípios para o FAM – Fundo de Apoio Municipal. Disse o Senhor Presidente que para o ano de 2019 e no que ao Plano de Atividades Municipais diz respeito, se pretende genericamente manter a atividade corrente e eventos, eventualmente com alguns ajustes orçamentais, bem como os apoios na área social, na educação, no desenvolvimento económico, ao Associativismo, continuando a trabalhar para os aperfeiçoar. -----

Quanto ao Orçamento propriamente dito, o Senhor Presidente referiu que os maiores investimentos serão a Requalificação da EBSIS – Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa e o Centro Social de Aguiar, agora que estão praticamente concluídas as obras de Regeneração Urbana no Centro Histórico de Viana do Alentejo (2ª fase) e de Alcáçovas (1ª fase). Informou que dos projetos com financiamento comunitário, apenas foram considerados aqueles com candidaturas já aprovadas ou efetuadas. O Senhor Presidente deixou ainda uma nota referente à progressiva “normalização” do Mapa de pessoal do Município, tal como estava inicialmente planeado, não através dos concursos “normais” de admissão de pessoal, mas através da inclusão de precários, no âmbito da Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro. Referiu ainda que apesar do esforço financeiro que o Município irá ter de suportar, como se pode constatar nos mapas apresentados, considera que tal se consubstancia numa grande melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores precários admitidos. Referiu também que será mais um ano de muito trabalho e muita exigência, mas que o executivo municipal encara com determinação e perspetiva positiva, tendo em conta a quantidade de projetos materiais e imateriais em que o Município participa, alguns deles com financiamento comunitário previsto. Disse ainda que será feito um esforço na contenção das despesas correntes e assegurado o cumprimento dos prazos de pagamento de todas as obrigações. -----

O Senhor Presidente concluiu afirmando que, apesar de todas as restrições e condicionalismos, considera que o Município de Viana do Alentejo, no panorama dos Municípios Portugueses, se encontra

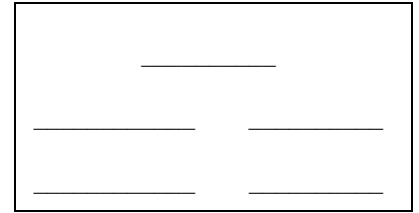


com uma situação financeira equilibrada e a trabalhar diariamente para proporcionar uma melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes. -----

Disse ser este o enquadramento da gestão autárquica para o ano de 2019 e ser este o conjunto de dificuldades a que estes eleitos continuarão a tentar dar sempre a melhor resposta que podem e sabem, como até aqui têm feito. -----

O Senhor Vereador Luís Miguel Duarte disse que se irá abster quanto aos Documentos Previsionais para 2019. Em seu entender, apesar da proposta de Documentos Previsionais, ter sido enviada à CDU no âmbito do Estatuto de Direito de Oposição, deveria ter sido realizada previamente uma reunião com essa força política, para ouvir os seus contributos. Disse ainda este Vereador que recebeu a proposta dos Documentos Previsionais na passada sexta-feira, considerando que é muito pouco tempo para analisar um documento com cerca de setenta páginas. Disse que por esse motivo, a sua análise foi muito breve, mas que ainda assim não pode deixar de salientar os aspetos que lhe mereceu destaque: -----

- Não viu qualquer referência à Habitação Social; -----
- Não viu qualquer referência à remodelação do Cemitério de Viana do Alentejo; -----
- Não viu qualquer referência à aquisição de terrenos para novos loteamentos; -----
- Quanto à remodelação do Poço Novo, em Alcáçovas, constatou que só está prevista verba para os anos seguintes, afastando a intenção de realizar algo em 2019; -----
- Quanto à remodelação do antigo cinema de Alcáçovas, a verba prevista apenas para os anos seguintes, denota a intenção de não realizar nada em 2019; -----
- Quanto ao Jardim do Rossio, em Viana do Alentejo, parece-lhe que a previsão “é apenas de uma lavagem de cara”. -----
- Os montantes previstos para ampliação das Zonas Industriais de Viana do Alentejo e de Alcáçovas parecem-lhe indiciar que não irá haver execução. -----
- O montante de cem mil euros previsto para a Zona Industrial de Aguiar consta em 2020, denotando a falta de vontade de realizar algo em 2019. -----
- Quanto à Requalificação do Espaço Envolvente à Senhora d’Aires, a verba prevista para 2019, indicia claramente que não há interesse nesta obra. -----
- Constatou pouco investimento em infraestruturas básicas, designadamente, loteamentos e na promoção do emprego e do desenvolvimento turístico. -----
- Constatou a inexistência de projetos de apoio (incentivos) a empresários na área do turismo. Neste aspeto acrescentou que em sua opinião não basta promover o concelho se depois não existem infraestruturas de apoio para o acolhimento de quem nos visita. -----

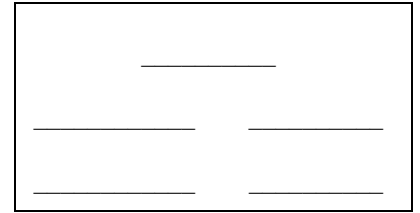


Disse ainda o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, que tendo os vereadores da CDU sido convidados a apresentar propostas para os Documentos Previsionais, considera dever deixar expressas as seguintes: --

- Construção de Zona Industrial em Aguiar; -----
- Ampliação das Zonas Industriais de Viana do Alentejo e de Alcáçovas; -----
- Criação de um Gabinete de Apoio ao Associativismo; -----
- Instituição de benefícios aos voluntários que colaboram com as Associações de fins humanitários; -----
- Oficina da Criança; -----
- Legalização do Bairro das Pré-fabricadas de Aguiar; -----
- Reparação da Estrada entre Viana do Alentejo e S. Bartolomeu do Outeiro; -----
- Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo com mais incentivos; -----
- Realização de mais reuniões periódicas com os trabalhadores do Município; -----
- Apoio aos Empresários, principalmente na área do Turismo; -----
- Aumento das reivindicações do Município de forma a conseguir um melhor funcionamento dos Centros de Saúde no concelho. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz, situando-se na página dezoito dos Documentos Previsionais em apreço, enfatizou o facto das despesas com o pessoal previstas para 2019, serem superiores às de 2018 em 499.010,00€ (quatrocentos e noventa e nove mil e dez euros), enquanto que as despesas com aquisição de bens e serviços têm uma previsão de decréscimo em 2019, face a 2018, de apenas 150.764,00€ (cento e cinquenta mil setecentos e sessenta e quatro euros). Em sua opinião, a lógica seria que o acréscimo de umas fosse compensado com o decréscimo de outras, facto que não se verifica. -----

O Senhor Presidente, a este propósito, disse que não é possível reduzir as prestações de serviços na mesma proporção do aumento das despesas com o pessoal pois a rubrica de aquisição de bens e serviços comporta muito mais elementos do que as despesas com as prestações de serviços entendidas como contratação de pessoal nessa modalidade. O Senhor Presidente acrescentou que a 31 de dezembro de 2017, o Município de Viana do Alentejo era, dos Municípios do distrito de Évora, o que tinha menos trabalhadores. Havendo intenção de “estabilizar o quadro de pessoal”, foi aproveitada a oportunidade trazida pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, para regularizar a situação de trabalhadores precários que há muito ansiavam por ver regularizada a sua situação laboral, havendo inclusivamente pessoas a trabalhar no Município, com vínculos precários, há cerca de dezoito anos. Em consequência



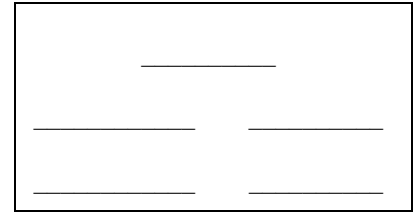
desta opção tomada pelo executivo municipal, é inevitável o aumento das despesas com o pessoal. -----

O Senhor Presidente, relativamente às questões suscitadas pelo Senhor Vereador Luis Miguel Duarte disse que, em sua opinião, importa deixar uma nota prévia no sentido de que independentemente das perspetivas e posições políticas de cada um, tem que haver bom senso e coerência nas opiniões que temos e nas intervenções que fazemos. -----

Disse que a proposta de Documentos Previsionais que foi para os titulares de direito de oposição (forças políticas CDU e PSD) era efetivamente um esboço contendo as linhas gerais da atividade prevista para 2019, não sendo de modo algum, um documento fechado. Acrescentou o Senhor Presidente que é do conhecimento de todos que os Documentos Previsionais têm de ser aprovados na Câmara Municipal, a tempo de serem enviados à Assembleia Municipal até 31 de outubro, pelo que, se as forças políticas da oposição estivessem efetivamente na disposição de colaborar, poderiam ter apresentado as suas propostas, sem necessidade que as mesmas lhe fossem pedidas expressamente, ainda que o tenham sido. O Senhor Presidente recordou que na reunião da Câmara Municipal realizada a 24 de outubro de 2018, foi lembrado aos Senhores Vereadores da CDU que poderiam apresentar as suas propostas, o que não veio a acontecer, pelo que ficou surpreendido com a intervenção do senhor Vereador Luis Miguel Duarte. -----

O Senhor Presidente sublinhou que se a postura dos Vereadores da oposição for no sentido da colaboração, podem sempre, em tempo, apresentar as suas propostas. Disse ainda o Senhor Presidente ter conhecimento de que há Municípios de maioria CDU que no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, convocam os respetivos titulares do Direito de Oposição, não lhe distribuem qualquer documentação, dando-lhes apenas a conhecer verbalmente as linhas gerais dos Documentos Previsionais. Em seu entender, o facto de este Município enviar aos titulares do Direito de Oposição as linhas gerais dos Documentos Previsionais, serve para iniciar uma interação. -----

O Senhor Presidente disse que em sua opinião, parece que a CDU não quer colaborar ao referir até o curto espaço de tempo para analisar a proposta de Documentos Previsionais. A referida proposta foi enviada no prazo legal e não estava concluída antes. O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte disse que se a sua postura fosse de não colaborar, nem sequer tinha aberto os



Documentos, o que não aconteceu. Contudo – acrescentou – o tempo para análise de Documentos deste tipo é limitado, independentemente do cumprimento do prazo legal. -----

O Senhor Presidente, a propósito das considerações feitas pelo Senhor Vereador Luis Miguel Duarte e ainda como acréscimo à nota prévia que anteriormente fez, recordou que a CDU governou esta Autarquia mais anos do que o PS e este não consegue fazer em nove anos o que não foi feito em vinte e nove. -----

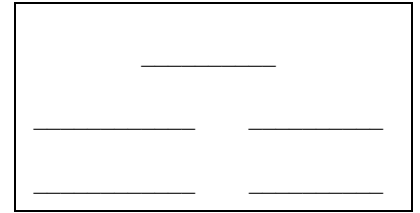
Disse o Senhor Presidente que da intervenção do Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, ressaltam, em sua opinião, várias incoerências, de entre elas a referência feita ao desinteresse deste executivo quanto à Envolvente do Santuário de Nossa Senhora d’Aires. A este propósito, o Senhor Presidente exibiu o Programa Eleitoral da CDU em 1997 que já apresentava como proposta o “Arranjo Urbanístico do Espaço Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora d’Aires”. Assim, parece-lhe ser de uma enorme incoerência vir falar de desinteresse do PS neste assunto quando a CDU, em doze anos, nada fez por ele. -----

Disse o Senhor Presidente que outra incoerência que ressalta da intervenção do Senhor Vereador Luis Miguel Duarte prende-se com a necessidade de reparação da Estrada entre Viana do Alentejo e S. Bartolomeu do Outeiro. Efetivamente, o ex-Presidente da Câmara Municipal de Portel - Norberto Patinho – convidou o ex-Presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo – Estevão Pereira – a efetuar a reparação da referida estrada no troço de Viana e este recusou. O troço da estrada da responsabilidade do Município de Portel foi reparado e o de Viana não, pelo que lhe parece ser uma grande incoerência vir agora reclamar isso. -----

O Senhor Presidente acrescentou que o executivo do PS procedeu à atualização do projeto para a reparação dessa estrada, com a intenção de o candidatar em 2011-2012. Contudo, a 30 de julho de 2012, foi recebido um e-mail da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, pedindo a este Município que indicasse o projeto – e sublinha-se o projeto – prioritário. Atendendo a que o projeto do Centro Histórico de Viana era prioritário em relação ao da reparação da Estrada de S. Bartolomeu do Outeiro, foi efetivamente indicado o do Centro Histórico de Viana.-----

O Senhor Presidente referiu-se ainda a uma outra incoerência na intervenção do Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, ao referir a necessidade de reparação do edifício do antigo cinema de Alcáçovas, quando a CDU, também no seu Programa Eleitoral de 1997, já apresentava essa proposta que nunca conseguiu operacionalizar. -----





O Senhor Presidente disse que embora tenha a noção de que há sempre muito mais a fazer, é inegável que o executivo PS, pese embora os condicionalismos que tem enfrentado, conseguiu obter um bom nível de investimento, tendo muitas dúvidas de que a CDU conseguisse fazer melhor. -----

A propósito do Jardim do Rossio a que se referiu o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, o Senhor Presidente disse que a sua remodelação está incluída na listagem da Regeneração Urbana, havendo a convicção de que será possível o respetivo financiamento comunitário. Acrescentou que no entender da maioria que gere o Município, não é possível avançar com projetos sem garantia de obtenção de financiamento comunitário. A este propósito, o Senhor Presidente fez uma alusão ao ranking de aproveitamento per capita dos fundos comunitários, merecendo este Município destaque no âmbito dos Municípios do Alentejo Central:

Em 2013: 2.º lugar; -----

Em 2014: 4.º lugar; -----

Em 2015: 2.º lugar; -----

Em 2016: 6.º lugar. -----

O Senhor Presidente disse também que no Programa Eleitoral da CDU em 1997, a referida força política referia que o mandato autárquico que então terminava mostrava ser possível ao concelho de Viana do Alentejo “ter um futuro brilhante”. O Senhor Presidente referiu que passados doze anos, com a oportunidade de transformar este concelho num concelho brilhante, a CDU não o conseguiu, pois quando o executivo PS tomou posse em 2009, não encontrou esse concelho brilhante.... -----

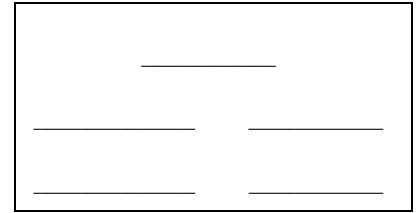
Quanto aos benefícios aos voluntários que apoiam Associações de cariz humanitário, disse o Senhor Presidente que se está a trabalhar no Regulamento respetivo. -----

Quanto à Oficina da Criança a que também se referiu o Senhor Vereador Luís Miguel Duarte, disse o Senhor Presidente não ter percebido em que consiste a proposta em concreto. -----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte respondeu que a proposta se consubstancia na reabertura da Oficina da Criança, nos moldes em que anteriormente funcionava. -----

O Senhor Presidente perguntou qual o espaço preconizado para o funcionamento da Oficina da Criança, tendo o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte respondido não ter ainda pensado na questão do espaço, havendo contudo várias alternativas em Viana, nomeadamente a antiga Escola de S. João, a antiga Escola das Escadinhas, o edifício da antiga Cantina, a antiga Biblioteca. Quanto a Alcáçovas, disse este Vereador que poderiam ser equacionados os espaços do antigo cinema e da antiga escola. -----

O Senhor Presidente perguntou ainda ao Senhor Vereador Luís Miguel Duarte se considerava a antiga Biblioteca um espaço adequado para o funcionamento da Oficina da Criança, em Viana. Este respondeu que poderá eventualmente não ser um espaço adequado, embora existam outros. -----



O Senhor Presidente, ainda a propósito deste assunto, lembrou que na altura em que a CDU esteve em maioria na Câmara não havia Oficina da Criança nem em Alcáçovas nem em Aguiar .....-----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte considerou “sem nexa” o Senhor Presidente estar a exhibir propostas de um Programa Eleitoral da CDU em 1997, perante Vereadores da CDU que foram candidatos em 2017... Em sua opinião isto só demonstra que o Senhor Presidente não tem resposta às questões que foram colocadas.... -----

O Senhor Presidente respondeu que o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte tem essa opinião porque integrou a equipa da CDU que apresentou essas propostas. -----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte referiu que efetivamente realizou trabalho na Câmara e que tenciona entregar uma lista de trabalhos que executou. -----

O Senhor Presidente sublinhou, mais uma vez, os constrangimentos a que o atual executivo tem estado sujeito, não podendo esquecer as limitações ao crédito bancário, que obrigaram a fazer opções, priorizando os investimentos que foram considerados mais necessários. Contrariamente, o executivo da CDU não teve quaisquer restrições. -----

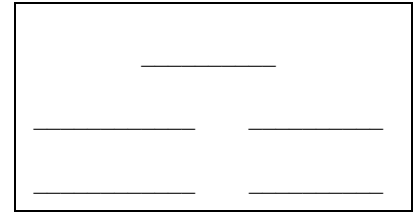
O Senhor Vereador Luís Miguel Duarte disse ao Senhor Presidente que quando ele concorreu em 2009 à Câmara Municipal sabia que teria de conviver com as regras que existiam e que no ano antes dessa candidatura já era conhecido que iriam existir cortes orçamentais e que as regras não eram as que vigoraram até 2009... -----

O Senhor Presidente disse ao Senhor Vereador Luis Miguel Duarte que, de facto, as restrições que vieram a acontecer não foram antecipadamente conhecidas, contrariamente a aquilo que ele afirmou. A comprová-lo, o Senhor Presidente exibiu um extrato do editorial do Boletim Municipal de Alvito, relativo a outubro de 2010, da autoria do então Presidente da Câmara, João Penetra, referindo o seguinte: -----

“Quando há cerca de um ano atrás as autarquias elaboraram os orçamentos e planos de atividades para o exercício de 2010, não podiam prever que as verbas transferidas do Orçamento do Estado iriam ser alvo de um corte substancial por aplicação das regras do chamado Plano de Estabilidade e Crescimento e também que lhe iriam ser descontadas verbas para o Serviço Nacional de Saúde. No caso concreto da autarquia de Alvito, só no ano de 2010, a redução de verbas atingiu o montante de 150.000 euros.”-----

O Senhor Presidente disse ainda que o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, ao falar nas casas Pré-fabricadas de Aguiar, comete outra grande incoerência pois não foi o executivo PS que criou esse problema. -----

O Senhor Presidente acrescentou que em sua opinião a CDU pretende que o atual executivo PS faça, num contexto com diversos condicionalismos, aquilo que a CDU, sem quaisquer constrangimentos, não conseguiu fazer. -----



Quanto ao desenvolvimento turístico a que também faz referência o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, o Senhor Presidente lembrou o desenvolvimento de diversos projetos importantes neste âmbito, destacando o Paço dos Henriques, a adesão do Município à Rede Europeia de Sítios da Paz, a Rota da Estrada Nacional 2, a Classificação dos Chocalhos como Património Cultural Imaterial com Necessidade de Salvaguarda Urgente. O Senhor Presidente, ainda a este propósito, acrescentou que diversos empresários do concelho lhe têm transmitido que “quem nos visita, gosta”. Quanto à insuficiência de alojamento, disse o Senhor Presidente que essa matéria não depende do Município e que este só poderia ajudar a colmatar essa insuficiência “se construísse um hotel”. -----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte clarificou que considera que o Município tem trabalhado na promoção turística, embora faltem as condições para que aqueles que visitam o concelho encontrem nele resposta nas diversas vertentes. Em sua opinião, este trabalho “está a meio”, sendo necessário ajudar os empresários, principalmente os da área do turismo. -----

O Senhor Vice Presidente perguntou ao Senhor Vereador Luis Miguel Duarte como considera ele ser possível implementar esse apoio que preconiza. -----

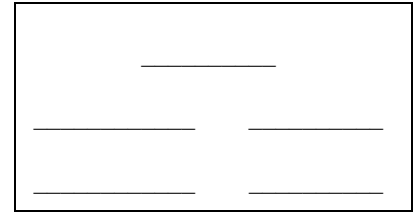
O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte destacou, entre outras medidas possíveis, o desconto na tarifa da água e a simplificação de procedimentos para obtenção de licenças de construção. -----

O Senhor Vice Presidente, ainda a este propósito e face à resposta do Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, considerou que “ele está a fazer política com generalidades e a pôr música nos ouvidos das pessoas”. -----

O Senhor Vice Presidente, relativamente à proposta do Senhor Vereador Luis Miguel Duarte no sentido do Município investir em novos loteamentos, pediu-lhe que clarificasse o assunto. -----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte respondeu que os novos loteamentos são feitos para o futuro e que se atualmente forem criados, está-se a criar condições para que, de futuro, as pessoas se fixem no concelho. Acrescentou que se hoje existem neste concelho zonas industriais e habitacionais, foi porque o executivo CDU investiu nessa área. Disse ainda este Vereador que se atualmente as pessoas quiserem vir para Viana, não existe oferta. -----

O Senhor Vice Presidente salientou que as atuais orientações a nível do ordenamento de território são no sentido de restringir os perímetros urbanos pois nas nossas vilas existem muitas ruas desabitadas. A estratégia atual passa por reabilitar os centros urbanos dado que o tempo da expansão urbana já passou. Disse o Senhor Vice Presidente que estando os centros históricos das vilas a ficarem despovoados, não lhe parece adequado apostar em novos loteamentos. -----



O Senhor Vice Presidente recordou que este executivo procedeu à reparação da Estrada de Santa Catarina na qual só podiam circular jipes e tratores. Assim, se houver possibilidade, procederá igualmente à reparação da Estrada do Outeiro. -----

Quanto ao papel mais reivindicativo do Município no melhor funcionamento dos Centros de Saúde do concelho, preconizado pelo Senhor Vereador Luis Miguel Duarte; o Senhor Vice Presidente salientou que a CDU sempre tem considerado que os Municípios não se devem substituir ao Poder Central. Contudo, este Município tem sempre reivindicado por melhores condições nos Centros de Saúde e tem procedido até a pequenas reparações que contribuem para a melhoria das condições dos respetivos utentes. -----

O Senhor Vice Presidente, reportando-se à referência feita pelo Senhor Vereador Luis Miguel Duarte quanto à Habitação Social, pediu que densificasse esta proposta. -----

O Senhor Presidente, ainda a propósito da aquisição de terrenos para novos loteamentos, disse que atualmente não é possível ao Município adquirir um imóvel para fazer um loteamento, incluindo-o no P.D.M. – Plano Diretor Municipal. Quanto aos lotes de habitacionais, disse o Senhor Presidente que ainda há lotes disponíveis, pois não tem havido procura. Disse ainda que já foi elaborado um novo regulamento para venda de lotes destinados a habitação. -----

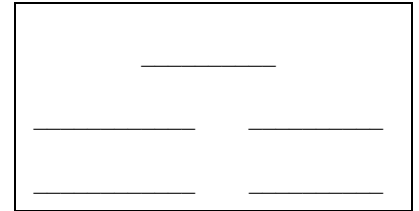
Disse também o Senhor Presidente que o assunto das Zonas Industriais do concelho está a ser acompanhado: Quanto à Freguesia de Aguiar, o processo está iniciado. Quanto à Freguesia de Alcáçovas, está-se a trabalhar na ampliação da Zona Industrial existente e quanto à Freguesia de Viana do Alentejo há ainda lotes disponíveis na Zona Industrial. -----

Em resposta ao pedido de densificação da proposta relativa à Habitação Social, o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte disse ao Senhor Vice Presidente que, a seu tempo, apresentará uma proposta concreta sobre essa matéria. -----

Quanto à proposta do Senhor Vereador Luis Miguel Duarte de maiores incentivos aos empresários, designadamente aos da área do turismo, o Senhor Vice Presidente recordou que em 2009, quando o executivo PS tomou posse, não existia uma estrutura de apoio aos empresários, a funcionar. -----

Em resposta, o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte perguntou quem criou o GADE – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico. -----

O Senhor Presidente respondeu que, em 2009, encontrou o GADE – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, completamente desativado, ressaltando daqui mais uma incoerência da CDU ao manifestar agora tanta preocupação para com os empresários. Ainda neste contexto e apesar das Zonas Industriais terem sido uma boa opção, o Senhor Presidente recordou que a preocupação com os empresários também ficou beliscada com a quantidade de ações que o Município interpôs contra eles em Tribunal, inviabilizando as respetivas atividades durante anos consecutivos. -----



O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte referiu que não se pode sentir inibido de falar sobre determinados assuntos só porque os anteriores eleitos da mesma força política agiram de determinado modo nessas mesmas matérias. -----

O Senhor Vice Presidente salientou que ao falar de incentivos, há que ter presente que existem limites legais que não podem ser ultrapassados. -----

Ainda relativamente às Zonas Industriais, o Senhor Vice Presidente disse recordar-se de que em Alcáçovas foi feita uma Zona Oficinal, e que só depois de ter havido contestação é que a mesma passou a Zona Industrial. Recordou também que foi construída uma estação de tratamento de águas residuais domésticas, sem capacidade para acolher as águas residuais das empresas entretanto instaladas, denotando uma clara falta de planeamento. -----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, relativamente à denominação de Zona Oficinal e não de Zona Industrial, disse que provavelmente tal facto decorreu do pequeno número de empresas à data. Este Vereador recordou ao Senhor Vice Presidente que o executivo que alterou a denominação de Zona Oficinal para Zona Industrial de Alcáçovas foi o mesmo que deixou preparada a ampliação dessa Zona. ---

O Senhor Vereador Paulo Manzoupo, a propósito da Estrada de S. Bartolomeu do Outeiro, recordou que este Município, no ano passado, reparou os pavimentos e bermas nos dois troços que se encontravam em pior estado. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz, reportando-se à intervenção do Senhor Presidente ao referir que os dois maiores investimentos para 2019 são a Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo e o Centro Social de Aguiar; perguntou se não está a equacionada a ampliação da Zona Industrial de Alcáçovas e a Zona Industrial de Aguiar. -----

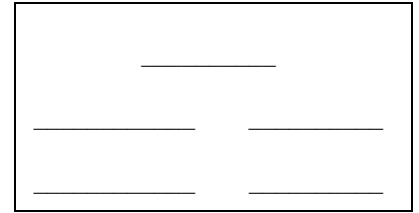
-Quanto à Zona Industrial de Aguiar, o Senhor Presidente repetiu que o processo está iniciado. -----

--Quando à Zona Industrial de Alcáçovas, o Senhor Vice Presidente disse não poder concretizar o tempo que ainda irá demorar. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz perguntou o que é que está a impedir que a ampliação da Zona Industrial de Alcáçovas seja concretizada, uma vez que a revisão do Plano Diretor Municipal já ocorreu há quatro anos. -----

O Senhor Presidente respondeu que se o executivo da CDU tivesse revisto o Plano Diretor Municipal, possivelmente esse problema estaria ultrapassado. -----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara que pergunte ao ex-Presidente da Câmara, agora eleito na Assembleia Municipal, porque é que a Revisão do PDM-Plano Diretor Municipal não foi feita mais cedo, pois ele estará certamente “melhor posicionado” para responder a essa questão. -----



O Senhor Vereador José Filipe Cruz disse nada ter a ver com o passado e que as questões que coloca são aquelas que pretende esclarecer sem qualquer ligação ao que anteriormente foi feito. -----

A este propósito, o Senhor Presidente recordou que na campanha eleitoral da CDU, a qual o Senhor Vereador José Filipe Cruz integrou, foram largamente frisadas, as zonas industriais que a CDU fez o que prova que a ligação ao passado é feita, sempre que convém. Disse ainda o Senhor Presidente ao Senhor Vereador José Filipe Cruz que sendo ele apoiado pela CDU, tem de seguir as orientações dessa força política. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz respondeu que não tem nada que seguir orientações uma vez que a sua ligação à CDU advém simplesmente do facto de ter acreditado no seu projeto, a nível local. -----

A propósito da aquisição de terrenos antes da Revisão do Plano Diretor Municipal, situação defendida pelo Senhor Vereador José Filipe Cruz, disse o Senhor Presidente considerar isso uma inconsciência. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz reiterou a sua opinião, favorável a isso e disse ao Senhor Presidente que por essa ordem de ideias e segundo a sua opinião, terá sido uma inconsciência comprar o terreno para o alargamento da Zona Industrial de Alcáçovas. -----

O Senhor Presidente, em resposta, disse que é diferente comprar um terreno, por exemplo em 2007 para utilizar passados dez anos, do que comprar um terreno agora e passado pouco tempo, torná-lo de uso industrial. Esta última situação, no seu entender, pode ser encarada como “negociata empresarial”. -

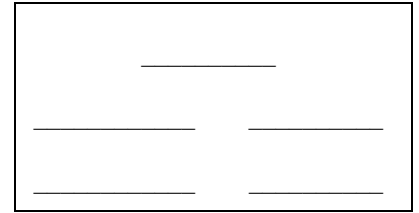
O Senhor Vereador Jose Filipe Cruz, atendendo ao facto da existência de lotes disponíveis na Zona Industrial de Viana do Alentejo ser um óbice ao respetivo alargamento; sugeriu que o Município divulgue amplamente a existência desses lotes disponíveis. Em sua opinião, é um “erro crasso” essa falta de divulgação dos lotes disponíveis e a publicitação deveria ser efetuada nos canais do Município e também no Jornal “Diário do Sul”. -----

O Senhor Presidente disse não se recordar de alguma vez ter visto publicitar a existência de lotes municipais, para venda, no Jornal “Diário do Sul”, considerando que quem está verdadeiramente interessado, vem procurar e efetivamente essa procura não tem existido, nem para lotes industriais, nem para lotes habitacionais. -----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte disse ter a convicção de que as pessoas não perguntam porque estão convencidas de que não existem lotes disponíveis para venda. -----

Quanto à proposta do Senhor Vereador Luis Miguel Duarte no sentido da realização de mais reuniões periódicas com os trabalhadores, o Senhor Presidente referiu que é realizada uma reunião mensal com o Encarregado e também uma reunião mensal com os Chefes de Divisão. -----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte alvitrou a realização de reuniões por Divisão, com a presença dos trabalhadores respetivos. -----



O Senhor Presidente perguntou se a sugestão é no sentido de estarem presentes nessas reuniões também os Chefes das Divisões ou só os trabalhadores, não tendo o Senhor Vereador Luis Duarte respondido a esta questão em particular. -----

O Senhor Presidente referiu que sempre que consideram necessário, os trabalhadores vêm falar com ele e a Comissão de Trabalhadores tem também essa faculdade, sempre que o solicita. Acrescentou que pede aos Chefes de Divisão a elaboração de relatório semestral referindo as eventuais dificuldades/constrangimentos e as propostas de melhoria. Partindo do princípio que os Chefes de Divisão comunicam às suas equipas as orientações e conclusões das reuniões mensais, disse o Senhor Presidente não sentir a necessidade de alterar este formato. -----

Votada a proposta de Documentos Previsionais para 2019 foi a mesma aprovada com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz. --

Ponto sete) Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2019 – O Senhor Presidente apresentou a proposta de Mapa de Pessoal para 2019. Votada, foi a mesma aprovada com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz. --

Ponto oito) Proposta de pedido à Assembleia Municipal de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais – Nos termos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com a redação dada pelas Leis n.ºs 64/2012, de 20 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, a Assembleia Municipal pode conceder uma autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. Assim, para efeitos de apresentação desse pedido à Assembleia Municipal, a Câmara deliberou com quatro votos favoráveis e uma abstenção por parte do senhor Vereador Luís Miguel Duarte, que a autorização recaía sobre a assunção de compromissos plurianuais ou sobre a sua reprogramação nos casos em que essa reprogramação não implique aumento de despesa, relativamente a Projetos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Atividades Municipais, incluindo a realização de Empreitadas e relativamente a despesas relativas a fornecimento de gás, fornecimento de energia elétrica em baixa tensão e prestação de serviços de seguros. -----

--- O senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezoito horas, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

Eu, \_\_\_\_\_, Chefe da D.G.R., a subscrevi.

O Presidente,

_____	
_____	_____
_____	_____

Os Vereadores,